

Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA

RÉGIS ROCHA JÚNIOR

**ADOÇÃO DE IFRS NO AGRONEGÓCIO: BRF, JBS E MINERVA
FOODS.**

Varginha/MG
2020

RÉGIS ROCHA JÚNIOR

**ADOÇÃO DE IFRS NO AGRONEGÓCIO: BRF, JBS E MINERVA
FOODS.**

Trabalho de conclusão do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIEPEX) apresentado como parte dos requisitos para obtenção de colação de grau no curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha.

Orientador: Prof. Marçal Serafim Cândido

Varginha/MG
2020

RÉGIS ROCHA JÚNIOR

**ADOÇÃO DE IFRS NO AGRONEGÓCIO: BRF, JBS E MINERVA
FOODS.**

A banca examinadora abaixo assinada aprova o Trabalho de conclusão do PIEPEX apresentado como parte dos requisitos para obtenção de grau no curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Prof. Marçal Serafim Cândido
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Robson Leandro da Silva Pereira
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Stephanie Duarte Souto
Universidade Federal de Alfenas

Varginha/MG
2020

“E agora, que a glória seja dada a Deus, o qual, por meio do seu poder que age em nós, pode fazer muito mais do que nós pedimos ou até pensamos! ” (Efésios 3:20–NTLH)

RESUMO

O processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade provocou no cenário nacional mudanças nas demonstrações financeiras e impactou na tomada de decisão dos usuários. Um dos setores afetados pela implantação das normas internacionais foi o do agronegócio. Esse, que por sua vez, possui relevância na economia mundial, seja para gerar emprego ou reforçar a balança comercial dos países. Assim, por meio da norma IAS 41/CPC 29 as atividades contábeis associadas ao agronegócio sofreram alterações significativas em seus ativos, dentre os quais estão os ativos biológicos. Deste modo, o estudo tem por objetivo a análise do reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos biológicos antes e depois da obrigatoriedade do uso das normas. A pesquisa é baseada em um estudo de multicascos das companhias BRF, JBS e Minerva Foods. Os dados foram coletados por meio das demonstrações financeiras padronizadas e notas explicativas das companhias dos anos de 2007 e 2010, os quais se encontravam em sítio eletrônico da CVM e da própria entidade. Os resultados do estudo apontam que ocorreram mudanças na forma de apresentação das informações, contudo as empresas não aderiram de maneira completa os requisitos das normas. Concluiu-se que há a necessidade de aprimoramento da mensuração e evidenciação dos ativos biológicos.

Palavras-chave: Ativo biológico; IFRS; Reconhecimento; Mensuração; Evidenciação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo relacionada ao processo de convergência contábil.....	14
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conta de Estoque da BRF no ano de 2007.....	21
Quadro 2 – Conta de Imobilizado da BRF no ano de 2007.....	22
Quadro 3 – Diferenças decorrentes a adoção a norma na BRF.....	23
Quadro 4 – Conta de Estoque da JBS no ano de 2007.....	24
Quadro 5 – Conta de Estoque da JBS no ano de 2010.....	24
Quadro 6 – Conta de Ativos Biológicos da JBS no ano de 2010.....	25
Quadro 7 – Diferenças decorrentes a adoção a norma na JBS.....	25
Quadro 8 – Conta de Estoque da Minerva no ano de 2007.....	26
Quadro 9 – Conta de Ativos Biológicos da Minerva no ano de 2010.....	27
Quadro 10 – Diferenças decorrentes a adoção a norma na Minerva.....	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exemplos de ativo biológico, produto agrícola e produtos processados.....	16
Tabela 2 - Principais definições da IAS 41.....	19

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	11
2.1. Agronegócio.....	11
2.2. Processo histórico da convergência contábil.....	12
2.3. Principais aspectos e definições da IAS 41 e CPC 29.....	15
2.4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos biológicos.....	16
3. METODOLOGIA E DADOS.....	20
4. ANÁLISE E RESULTADOS.....	21
4.1. BRF.....	21
4.2. JBS.....	23
4.3. Minerva Foods.....	26
4.4. Resultados complementares.....	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	29

1. INTRODUÇÃO

Devido à expansão dos mercados e da globalização, muitos países dependem em sua economia das transações internacionais e dos fluxos financeiros provenientes dos mercados de capitais. Ball (2006), já reiterava esse posicionamento e dizia que o mundo está em um processo de integração mundial dos mercados e das políticas. Assim, ao encontro da necessidade de atualização de novas regras para relações comerciais, surgem a demanda inconsciente para uma padronização contábil.

E é nesse contexto que Niyama (2005) reforça que a expansão dos mercados faz com que a harmonização contábil entre os países seja necessária, uma vez que, determinada transação poderia ser registrada de maneiras diferentes conforme os princípios de cada país, o que provocaria complexidade na comparação e análise de desempenho das entidades.

Logo, para cumprir um dos propósitos da contabilidade, tal como prover informações de qualidade, torna-se necessário que as etapas de reconhecimento, mensuração e evidenciação ocorram de maneira adequada, e conseqüentemente, reflitam a situação econômico-financeira dos negócios (BRITO, 2010). Por qualidade, entende-se os padrões que fornecem aos usuários das demonstrações as informações claras, relevantes e úteis para a tomada de decisão.

Deste modo, foram emitidas as IFRS (*International Financial Reporting Standards*), ou seja, normas com o objetivo de criar um conjunto de padrões contábeis aplicáveis e aceitos globalmente. Em consequência a adoção das novas normas, um dos setores que sofreu impactos mediante a mudança foi o do agronegócio. Em virtude de suas especificidades, importância econômica e características heterogêneas, o agronegócio merece tratamento especial. Deste modo, foi emitida a IAS 41, norma relacionada à atividade agrícola e que trata sobre ativos biológicos, a qual foi traduzida através do CPC 29 para o contexto nacional.

Uma pesquisa feita pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), consta que 80% dos balanços recebidos em 2011 não possuíam informações suficientes para previsões, uma vez que as informações relevantes foram omitidas ou mesmo não contavam nas demonstrações. Desta maneira, segundo Bacha (2004), a melhor divulgação dos ativos biológicos poderia incentivar mais investimentos a essas companhias, aumentando assim sua representatividade no mercado de capitais, tendo em vista que o setor de agropecuária e produção agrícola têm notoriedade na matriz econômica brasileira.

Sendo assim, o processo de convergência contábil impulsiona novos desafios para o Brasil, atrelados a subjetividade de se aplicar o valor justo (*fair value*), na produção pioneira de novos conhecimentos e no dever de observar os procedimentos corretos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos biológicos (IBRACON, 2008).

Diante dessa conjuntura e importância do tema, surge o seguinte questionamento: O que mudou no reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos biológicos com a adoção de IFRS/CPC no Brasil?

A partir do exposto acima, o objetivo desse estudo é a execução de uma análise das demonstrações financeiras sob a ótica do reconhecimento, evidenciação e mensuração dos ativos biológicos das entidades: BRF, JBS e Minerva Foods. Para alcançar esse objetivo serão analisados os balanços referentes aos anos de 2007 e 2010, ou seja, período antecessor e sucessor a obrigação dos procedimentos desenvolvidos pela IAS 41 e CPC 29.

A pesquisa tem a perspectiva de continuar as discussões sobre o tema, uma vez que o agronegócio tem relevância no comércio internacional e na economia nacional, seja para gerar emprego ou reforçar a balança comercial. Além disso, esse tipo de pesquisa auxilia no processo de identificação dos problemas advindos da convergência das normas e contribui para futuras melhorias na evidenciação dos ativos biológicos.

Este estudo tem sua estrutura dividida em cinco seções. A primeira seção corresponde à introdução, na qual é apresentado o tema e é concedida uma visão geral da pesquisa. A segunda seção trata do referencial teórico, que faz a contextualização do agronegócio, menciona o processo de convergência contábil, diz sobre a IAS 41 e CPC 29 e descreve o reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos biológicos. A terceira trata dos procedimentos metodológicos que nortearão a pesquisa e como ocorrerá a obtenção e utilização dos dados para a execução do estudo. A quarta seção apresenta a análise dos dados e discussão sobre o tema. Por fim, a quinta e última seção expõem as considerações finais a respeito da análise sobre o processo de convergência dos ativos biológicos.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Agronegócio

O agronegócio do Brasil possui posição de destaque em termos internacionais, um em cada quatro produtos do agronegócio em circulação no mundo é do país (EMBRAPA, 2018). A produção e exportação brasileira de carne, açúcar, soja, celulose e café, estão entre as maiores do mundo. Deste modo, Plais (2010) reforça a importância do estudo voltado a contabilização dos ativos biológicos devido a relevância do segmento de commodities¹ para a economia

¹ As commodities são produtos que têm características uniformes e com preço determinado pelo mercado internacional. Podem ser produtos básicos ou com pequeno grau de industrialização, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores (NAKAO, 2017).

nacional. Para Callado (2009), o excelente desempenho do agronegócio brasileiro é consequência do aumento da produtividade pecuária e agrícola do país.

Os precursores em abordar o conceito de agronegócio foram os autores Davis e Goldberg (1957), na conjuntura em questão utilizaram o termo para se referirem a interdependência entre os fazendeiros e empresários no aspecto de vendedores e compradores. Mais adiante, o agronegócio ficou definido como o agrupamento das operações e negociações que envolviam produções agropecuárias, fabricação de insumos, o processamento, entrega e consumo desses produtos (PINAZZA; ARAÚJO, 1993).

Os autores Lourenço et al. (2009) acrescentam que o agronegócio é um conjunto de transações voltadas ao ramo da agricultura sob a ótica econômica. Além disso, registram que os negócios agropecuários são fatores fundamentais dentro do agronegócio.

No cenário brasileiro, de 1960 a 2018, as exportações do agronegócio englobaram mais de 350 itens. Em 2018, as exportações foram da ordem de US\$ 101,686 bilhões, crescendo 5,91% em comparação aos US\$ 96,014 adquiridos em 2017. O setor exportador de carnes atingiu US\$ 14,701 bilhões em 2018 (EMBRAPA, 2018). Além do mais, em 2018 o agronegócio representou 21,1% de participação do PIB do Brasil, ou seja, movimentou um montante de 1,44 trilhões de reais na economia (CEPEA, 2018).

De acordo com Nakao (2017, p. 9 - 10)

“A consequência disso é que o agronegócio tem alta exposição ao risco de volatilidade de preço dos produtos agrícola no mercado internacional, o que afeta as cadeias produtivas como um todo. Por outro lado, também movimenta o mercado financeiro com a oferta de instrumentos financeiros que visam à proteção contra a volatilidade de preços. [...] o mercado financeiro ligado ao agronegócio possui um conjunto importante de títulos de financiamento e investimento, e também de derivativos para cobrir os riscos de oscilações dos preços de mercado”

Desta maneira, devido a crescente necessidade de uma maior eficiência nos processos produtivos no âmbito do agronegócio e consequente aumento da concorrência, faz-se necessário ter um sistema de controle que possa proporcionar informações fundamentais para a compreensão e aperfeiçoamento das atividades realizadas pelas entidades (CALLADO; et al 2009).

2.2. Processo histórico da convergência contábil

O *International Accounting Standards Board* (IASB) é um órgão contábil internacional, com sede em Londres no Reino Unido, o qual é predecessor no processo de convergência dos padrões contábeis, é a partir dele que as normas são emitidas. A criação do IASB ocorreu ao fim dos anos 90, a partir da reestruturação do antigo *International Accounting Standards Committee* (IASC), de 1973. Até 2001 as normas eram difundidas através da denominação de

International Accounting Standards (IAS) e logo após esse período passaram a ser chamadas de *International Financial Reporting Standards* (IFRS). No contexto atual, é comum utilizar a expressão IFRS para abranger tanto as normas antigas (IAS) quanto as novas (IFRS). Sendo assim, as IFRS são um conjunto de normas criadas para desenvolver um padrão contábil compreensível, aplicável, com informações financeiras de alta qualidade e que sejam aceitas globalmente.

Assim, após a consolidação do órgão e a demanda das nações por padrões comparáveis, as normas começaram a serem emitidas. Logo, a primeira norma relacionada a ativos biológicos foi a *IAS 41-Agriculture*, a qual fora adotada em abril de 2001 com data para vigência a partir de 01 de janeiro de 2003 e que teve como foco o tratamento contábil e as divulgações associadas à atividade agrícola.

Vale destacar que no decorrer desse processo, um fator foi crucial para a disseminação dos padrões na contabilidade mundial, esse que partiu do Parlamento Europeu, o qual almejava estimular o fluxo de capitais entre seus países membros. Por isso, mediante o regulamento 1.606/2002, instituiu a adoção das normas internacionais de contabilidade a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2005.

No Brasil, um dos elementos preponderantes para a harmonização contábil internacional foi a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no final de 2005, através da resolução 1.055/05 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esse, consiste em um órgão de direito privado, cujo o objetivo é o estudo, preparo e a emissão de pronunciamentos técnicos e a divulgação dessas informações.

Após a constituição do CPC, foi a vez da Comissão de Valores Mobiliários (CVM²) dispor a instrução N° 457, de 13 de julho de 2007, na qual ficou estabelecido os padrões para divulgação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas às companhias de capital aberto, a partir do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

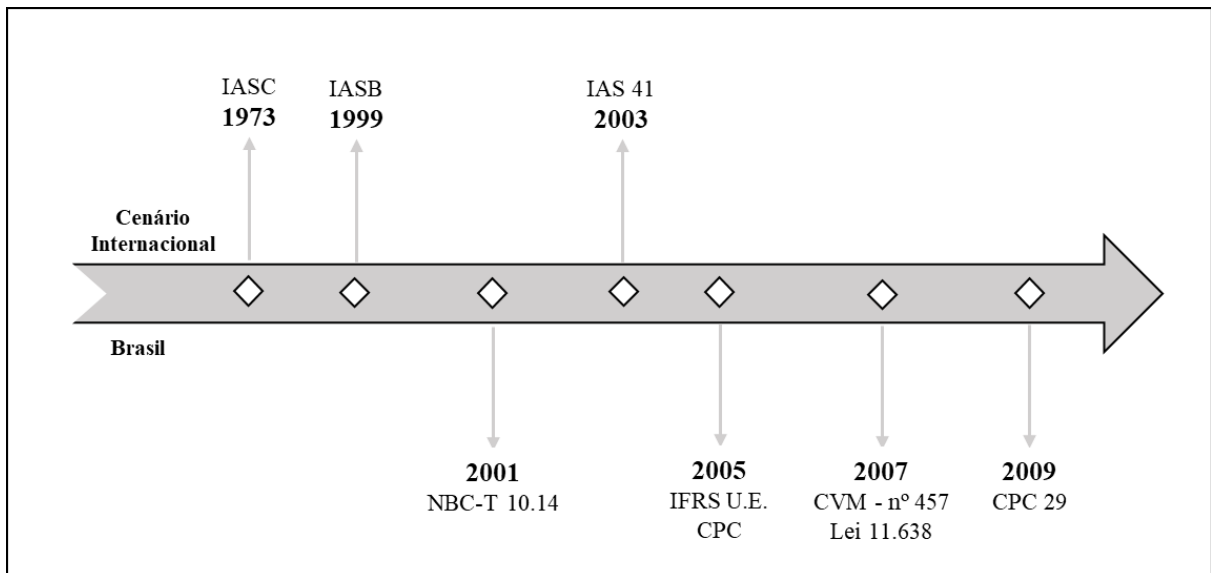
Com a sanção da Lei 11.638 em 28 de dezembro de 2007, que modificou dispositivos da Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), fez com que diversas transformações ocorressem na legislação no que diz respeito às práticas contábeis do Brasil. A Lei funcionou como um marco no processo de convergência, foi ela quem impulsionou a adoção de novas normas para o cenário contábil brasileiro. Assim, os países em comum acordo, realizam alterações em seus sistemas contábeis, diminuindo as divergências e tornando as informações comparáveis, todavia respeitando as particularidades de cada nação (WEFFORT, 2005). Além

² A CVM é o órgão responsável pela aprovação das normas para o mercado de capitais.

disso, como a referida Lei vigorou apenas em 1º de janeiro de 2008, pode se considerar que os reguladores brasileiros optaram por estabelecer o processo de convergência em duas etapas, a primeira consistia em um pacote parcial a partir de 2008 e a última a partir de 2010 com a adoção plena das IFRS (SANTOS; PONTE; MAPURUNGA, 2014).

Deste modo, com a convergência às normas internacionais de contabilidade, o CPC emitiu em 2009 o pronunciamento 29 que trata de Ativo Biológico e Produto Agrícola, o qual foi fundamentado na IAS 41. Contudo, a utilização do CPC 29 ocorreu somente a partir de 1º de janeiro de 2010. Vale relembrar que o período antecessor a adoção do CPC 29, era aplicado no Brasil a NBC-T 10.14 – Entidades Agropecuárias, aprovada pela Resolução CFC 909/2001, que previa mensuração dos ativos biológicos a custo histórico ou custo de produção e as receitas eram reconhecidas nas demonstrações contábeis apenas no período em que se realizava a venda. Outro ponto a ser recordado, é que no decorrer do processo de adoção as IFRS, o Brasil desassociou a contabilidade tributaria para fins de divulgação, ou seja, é como se existisse um balanço para fins de divulgação para investidores e outro voltado para ao fisco. A Figura 1 representa uma linha do tempo alusiva ao processo de convergência as normas internacionais.

Figura 1 – Linha do tempo relacionada ao processo de convergência contábil.



Fonte: Elaboração própria.

Nessa perspectiva nota-se que as normas que eram tidas como “internacionais” passaram a ser consideradas “nacionais”, com a diferença que os procedimentos iniciais partem do IASB. Logo, após a aprovação e adoção do CPC, essas passam a integrar o arcabouço da contabilidade brasileira.

2.3. Principais aspectos e definições da IAS 41 e CPC 29

De acordo com a IAS 41 e o CPC 29, ativo biológico é definido como “um animal ou planta vivos”. Contudo, a partir do momento em que deixam de estarem vivos, seja por abate ou colheita, passam de ativos biológicos para serem considerados como produtos agrícolas ou baixados. Por produto agrícola fica estabelecido “o produto colhido dos ativos biológicos da entidade”. No caso da pecuária de corte, os animais vivos (bezerro, novilha, garrote, entre outros) são classificados como ativos biológicos e a carcaça do animal após o abate como produto agrícola.

Os animais ou plantas vivos nem sempre devem ser abordados conforme os princípios da IAS 41 ou CPC 29. Apenas os que estão associados a atividade agrícola é que necessitam desse tratamento. De acordo com as normas, atividade agrícola fica definida como “a administração, por uma entidade, da transformação biológica e colheita de ativos biológicos destinados à venda ou à conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais”. Em vista disso, para que os animais obtenham o tratamento contábil oferecido pelas normas, é preciso que eles integrem o negócio agrícola que é qualificado pela transformação biológica dos ativos, ou seja, obter renda através da venda desses ativos após o processo de transformação (NAKAO, 2017).

Deste modo, a IAS 41/CPC 29 especificam que a transformação biológica compreende os processos de crescimento (aumento na quantidade ou melhoria na qualidade de um animal), degeneração (redução na quantidade ou deterioração na qualidade de um animal), procriação (criação de animais vivos) e produção, os quais provocam mudanças qualitativas ou quantitativas no ativo.

Rech (2006) acrescenta que o período de transformação dos ativos biológicos acontece de forma natural, carecendo de mínima interferência humana, se restringindo apenas em proporcionar um ambiente para que esse desenvolvimento ocorra, propondo que o aumento do valor aconteça no decorrer do desenvolvimento e não somente no momento de venda.

Além disso, IAS 41 e CPC 29 classificam os ativos biológicos em dois grupos: (i) consumível e de produção; e (ii) maduros e imaturos. Para o foco de pesquisa atenta-se ao primeiro grupo. Assim, os ativos consumíveis “são aqueles que devem ser colhidos como produtos agrícolas ou vendidos como ativos biológicos”, como exemplo tem-se o gado de corte. Já os ativos de produção “não são produtos agrícolas, mas, em vez disso, são mantidos para gerar produtos”, como exemplo tem-se o gado leiteiro.

Portanto, as normas são empregadas para contabilizar os seguintes itens ligados a atividade agrícola: ativos biológicos (exceto plantas produtoras³), produtos agrícolas no momento da colheita e subvenções governamentais. Por conseguinte, os processamentos dos produtos agrícolas após a colheita não são foco para as referidas normas. A Tabela 1 reforça a diferença entre os itens.

Tabela 1 - Exemplos de ativo biológico, produto agrícola e produtos processados

Ativos biológicos	Produto agrícola	Produtos que são resultado do processamento após a colheita
Ovelhas	Lã	Fio, tapete
Gado leiteiro	Leite	Queijo
Porcos	Carcaça	Linguças, presunto
Cana-de-açúcar	Cana colhida	Açúcar

Fonte: Elaborado a partir da IAS 41.

Desta maneira, segundo IAS 41 e CPC 29, seu alcance fica limitado quando o produto agrícola passa à fase de beneficiamento. Os produtos que são resultados de processamentos, advindos dos produtos agrícolas, deverão ser tratados de acordo com suas especificidades e conforme o pronunciamento técnico apropriado.

2.4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos biológicos

De acordo com a IAS 41 e CPC 29, a entidade irá reconhecer um ativo biológico a partir do momento em que controlar o ativo como resultado de eventos passados, for provável que resultem em futuros benefícios econômicos e o valor justo (*fair value*) ou custo do ativo puder ser mensurado de forma confiável. Souza et al. (2015), acrescentam que para um ativo ser considerado confiável deve haver um mercado ativo para o bem ou que haja situações recentes que promovam comparações para se determinar seu preço.

Assim, o ativo biológico deverá ser mensurado, no seu reconhecimento inicial e no final de cada período de relatório, pelo seu valor justo menos a despesa de venda, à exceção do caso em que o valor justo não puder ser mensurado de forma confiável. Logo, para os casos de exceção, ativo biológico será mensurado ao custo menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A partir do momento em que o valor justo de tal ativo

³ A IAS 41 define Planta Produtora como “uma planta viva que é utilizada na produção ou fornecimento de produtos agrícolas, espera-se que gere produtos por mais de um período e possui uma probabilidade remota de ser vendido como produto agrícola, exceto em relação a vendas ocasionais de resíduo orgânico.

biológico se tornar mensurável de maneira confiável, a entidade irá mensurá-lo pelo seu valor justo menos as despesas de venda. Vale salientar que a entidade que tiver anteriormente mensurado um ativo biológico pelo seu valor justo menos despesa para venda, continuará a mensurá-lo assim até a sua venda.

Por valor justo, a IFRS 13 define como “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração”. Para aumentar a consistência, essa norma estabelece uma hierarquia para mensurar valor justo que classifica as técnicas de avaliação em três níveis:

- Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1;
- Nível 3 são dados não observáveis para o ativo.

Para os autores Barth et al. (2001) e Landsman (2007), a informação que tem como base o valor justo possui maior relevância do que a informação com base no custo histórico. Contudo, segundo Barros et al. (2013) existem diferentes variáveis, como tipos de premissas, utilização, atividade, espécie, entre outras que podem causar conflitos no momento de se trabalhar com o valor justo no que diz respeito aos ativos biológicos. Além disso, a falta de um sistema de determinação do valor justo pode provocar diferenças na qualidade de ganho para o setor agropecuário (ARYANTO, 2011).

Deste modo, um fator que facilita a mensuração do valor justo de um ativo biológico é o agrupamento desses ativos, como exemplo, por qualidade ou idade. Isto posto, a entidade deve identificar os atributos que são utilizados no mercado como base para definição do preço. Ademais, em algum momento o custo pode se aproximar do valor justo, particularmente quando tiver ocorrido pouca transformação biológica desde que o custo inicial foi incorrido ou não for esperado que o impacto da transformação biológica sobre o preço seja relevante.

Já em relação a evidenciação, os autores Marion e Iudícibus (2001) definem como sendo o processo em que a companhia apresenta as informações referente a situação patrimonial e as mutações do seu patrimônio, como também exhibe as informações não explícitas, as quais devem estar contidas em notas explicativas. Dessa forma, o *disclosure* ou evidenciação contábil é a ação de divulgar informações relevantes para análise e tomada de decisão.

De acordo com Ponte et al. (2007), há uma propensão de diminuir os conflitos de agência, a partir da melhora na transparência, na comparabilidade e a qualidade das informações

contábeis. O conflito de agência é uma teoria com base no relacionamento entre o agente e o principal, no qual as informações restritas detidas pelo agente influenciam a tomada de decisão por parte do principal. Em outras palavras, pode se dizer que são as divergências entre os acionistas e os gestores, na qual ambos tentam adquirir vantagens sobre a situação. Esse tipo de relacionamento, desencadeia o problema de assimetria de informação, em que o agente se beneficia em relação ao principal (JENSEN; MECKLING, 1976). Sendo assim, a partir da divulgação de informações padronizadas é possível diminuir a assimetria informacional.

Logo, para evidenciação dos ativos biológicos, a norma esclarece que a entidade deverá evidenciar o ganho ou a perda do período corrente, tendo em vista o valor inicial do ativo e os que sucedem de modificações no valor justo.

Por fim, tanto as mudanças físicas quanto as alterações de preço de mercado podem provocar variações no valor justo menos custos para venda de um ativo biológico. O ato de separar a divulgação das mudanças físicas do preço é relevante para avaliar o desempenho do período atual das projeções futuras, principalmente quando ciclo de produção superar um ano. Com o intuito de sintetizar o processo contábil dos ativos biológicos, a Tabela 2 traz algumas das principais definições abordadas pela IAS 41 quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos biológicos.

Tabela 2 - Principais definições da IAS 41.

Etapa	Definições
Reconhecimento	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecerá um ativo biológico quando, e somente quando: (i) A entidade controlar o ativo como resultado de eventos passados; (ii) for provável que benefícios econômicos futuros associados ao ativo fluirão para a entidade; e (iii) o valor justo ou custo do ativo puder ser mensurado de forma confiável.
Mensuração	<ul style="list-style-type: none"> Um ativo biológico será mensurado no seu reconhecimento inicial e no final de cada período de relatório pelo seu valor justo menos custos para venda, exceto quando o valor justo não puder ser mensurado de forma confiável. A entidade seleciona os atributos correspondentes aos usados no mercado como base para definição do preço. Um ganho ou perda proveniente de uma mudança no valor justo menos a despesa de venda de um ativo biológico deve ser incluído em lucro ou prejuízo do período em que ocorrer. No reconhecimento inicial de um ativo biológico para o qual os preços de mercado cotados não estejam disponíveis e para o qual mensurações alternativas do valor justo não são confiáveis. Esse ativo biológico será mensurado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.
Evidenciação	<ul style="list-style-type: none"> A entidade divulgará o ganho ou perda total resultante, durante o período corrente no reconhecimento inicial de ativos biológicos e, também, proveniente da mudança no valor justo menos custos para venda de ativos biológicos. Fornecerá uma descrição de cada grupo de ativos biológicos (narrativa ou quantificada). As demonstrações contábeis devem divulgar, caso isso não tenha sido feito de outra forma: (a) a natureza das atividades envolvendo cada grupo de ativos biológicos; e (b) mensurações ou estimativas não financeiras de quantidade físicas de cada grupo de ativos biológicos no final do período. Divulgará: (a) a existência e valores contábeis de ativos biológicos cujo título seja restrito, e os valores contábeis de ativos biológicos oferecidos como garantia de passivos; (b) o valor de compromissos para o desenvolvimento ou aquisição de ativos biológicos; e (c) as estratégias de gerenciamento de risco financeiro relacionadas à atividade agrícola. Uma entidade apresentará uma conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos entre o início e o final do período corrente. Se mensurar ativos biológicos pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável no final do período, a entidade divulgará para esses ativos: (a) uma descrição dos ativos biológicos; (b) uma explicação do motivo pelo qual o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável; (c) se possível, a faixa de estimativas dentro da qual o valor justo provavelmente se enquadrará. (d) o método de depreciação utilizado; (e) as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas; e (f) o valor contábil bruto e a depreciação acumulada no início e no final do período.

Fonte: Elaborado a partir da IAS 41.

Vale lembrar que todos os parágrafos da norma têm igual importância, mas fica evidente os cuidados necessários relativos a mensuração e evidenciação dos ativos biológicos. Além disso, os critérios que cada companhia utiliza pode variar, de modo que as definições fornecidas pelos pronunciamentos servem de referência para o processo de construção da informação contábil.

3. METODOLOGIA

Uma das maneiras de se realizar uma pesquisa no âmbito das ciências sociais é por meio do estudo de caso. Como método de pesquisa, o estudo de caso é utilizado em contextos para colaborar na ampliação de conhecimentos organizacionais, políticos, sociais, fenômenos individuais ou grupais. Dentre as atribuições do estudo de caso podem incluir casos únicos, múltiplos, pode ser restrito a evidências quantitativas e são um método útil para fazer uma avaliação. A necessidade de pesquisa de estudo de caso surge da necessidade de entender fenômenos sociais complexos. Deste modo, o estudo de caso investiga um fenômeno contemporâneo em seu cenário real, principalmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão esclarecidos (YIN, 2015).

De acordo com Yin (2015), a pesquisa do estudo de caso engloba tanto caso único quanto casos múltiplos. Ainda que algumas áreas tentem desassociar essas duas abordagens, os estudos de caso único e de casos múltiplos são na verdade duas vertentes desse tipo de pesquisa.

Segundo Raupp e Beuren (2003, p. 84)

“Esse estudo é preferido pelos pesquisadores que desejam aprofundar seus conhecimentos a respeito de determinado caso específico. [...] Percebe-se que esse tipo de pesquisa é realizado de maneira mais intensiva, em decorrência de os esforços dos pesquisadores concentrarem-se em determinado objeto de estudo.”

Desta maneira, para a pesquisa em questão foi definido o estudo de multicascos. O objetivo desse estudo é apresentar o reconhecimento, mensuração e evidenciação praticada pelas companhias BRF, JBS e Minerva Foods, conforme a aplicação da norma contábil para seus respectivos ativos biológicos. A BRF, JBS e Minerva Foods são empresas de capital aberto que pertencem ao setor de consumo não cíclico, ou seja, se dedicam à atividade de produção de carnes em geral e também atuam na criação de bovinos.

Foram definidas essas entidades pela representatividade que elas possuem para o setor. Além do mais, elas faziam parte do ranking das 400 maiores empresas do agronegócio brasileiro na edição especial de Melhores e Maiores 2010, da Revista Exame.

Os dados foram obtidos através das DFPs e notas explicativas emitidas pelas companhias, os quais se encontravam em sítio eletrônico da CVM e da própria empresa. Foi estabelecido o ano de 2007 por representar o período que antecede a obrigatoriedade de adoção as normas internacionais e 2010 por ser o período de uso obrigatório dos novos padrões. Portanto, pretende-se com o presente estudo identificar os impactos e as mudanças associados aos ativos biológicos a partir das exigências da IAS 41, bem como analisar como ocorreu a implantação da norma no cenário nacional.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, são analisados os dados das DFPs e as notas explicativas dos anos de 2007 e 2010. Logo, o intuito foi avaliar a adoção das normas internacionais referentes aos ativos biológicos das entidades. Vale ressaltar que as unidades das informações a seguir estão em milhares de reais.

4.1 BRF

A BRF S.A., ou como tradicionalmente conhecida, BRF Foods é uma multinacional brasileira do ramo alimentício e atua como uma das maiores produtoras do mundo. Sua origem está associada a junção das marcas Sadia e Perdigão, contudo, também detêm em seu portfólio outras marcas e diversos produtos, dos quais são comercializados em mais de 150 países, nos cinco continentes. O foco da empresa é a criação, produção e abate de aves, suínos e bovinos, industrialização e comercialização de carnes in natura, além de produtos processados, leite e lácteos, dentre outros (BRF, 2019). Possui listagem no segmento de Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (B3⁴) e na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

Conforme a DFP do ano de 2007, a BRF classificava os animais vivos para abate como estoque. Assim, os estoques eram avaliados pelo custo médio de aquisição ou formação e inferiores aos valores de mercado ou valor líquido de realização. Conforme nota explicativa da companhia, as provisões para obsolescência, ajustes a valor de mercado, deteriorados e estoques de baixa movimentação só eram registradas quando necessário. A partir do Quadro 1 fica evidente como era a conta de estoque.

Quadro 1 – Conta de Estoque da BRF no ano de 2007.

Estoque (31/12/2007)	Consolidado (R\$)
Produtos acabados	277.887
Produtos em elaboração	31.942
Matérias-primas	109.057
Animais para abate	294.503
Materiais secundários e embalagens	131.630
Adiantamentos a fornecedores e importações em andamento	20.128
Total	865.147

Fonte: Elaborado a partir da DFP da companhia.

Logo, é possível notar que mesmo não existindo a conta específica de ativo biológicos, os animais para abate já recebiam cuidado especial. Em relação aos plantéis de animais (matrizes reprodutoras), esses eram classificados em 2007 como ativo imobilizado e no decorrer

⁴ A criação B3 deu-se em 2017 a partir da integração da BM&FBOVESPA e da Cetip, ela se consolida como uma das principais empresas de mercado financeiro no mundo, têm atuação tanto em ambiente bolsa quanto de balcão.

do período de formação de aproximadamente seis meses eram alocados os custos com mão-de-obra, ração e medicamentos. Com o passar do período de formação, os plantéis de matrizes passavam a ser depreciados durante o seu ciclo produtivo, com base no número estimado de ovos e crias, sendo aproximadamente 15 meses para as aves e de 30 meses para os suínos. O Quadro 2 demonstra detalhadamente a conta de imobilizado da companhia.

Quadro 2 – Conta de Imobilizado da BRF no ano de 2007.

Imobilizado (31/12/2007)	Custo (R\$)	Depreciação (R\$)	Residual (R\$)
Edificações e benfeitorias	1.016.209	242.530	773.679
Máquinas e equipamentos	1.399.712	534.439	865.273
Instalações elétricas e hidráulicas	123.459	43.155	80.304
Florestas e reflorestamentos	48.958	11.948	37.010
Outros	39.615	17.000	22.615
Terrenos	121.501	-	121.501
Plantéis de matrizes	138.045	28.573	109.472
Imobilizações em andamento	110.955	-	110.955
Adiantamentos a fornecedores	16.109	-	16.109
Total	3.014.563	877.645	2.136.918

Fonte: Elaborado a partir da DFP da companhia.

Conforme divulgado, a empresa em 2007 teve um aumento na depreciação, proveniente da reclassificação de matrizes de suínos e aves como ativo imobilizado, as quais estavam contabilizadas como estoques. Como relatado pela BRF, a reclassificação teve como objetivo aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, ou seja, pretendeu-se melhorar a classificação contábil e a comparabilidade das informações (BRF, 2007). A empresa revisava as premissas utilizadas nas estimativas contábeis, pelo menos uma vez por ano.

A partir de 2010 com a adoção obrigatória das normas internacionais, os saldos referentes a animais vivos para abate classificados anteriormente como estoques, foram reclassificados para o grupo de ativos biológicos circulante e os saldos de plantéis classificados anteriormente no ativo imobilizado, foram reclassificados no grupo de ativos biológicos não circulante.

De acordo com opinião da administração da companhia, o valor justo dos ativos biológicos era significativamente representado pelo custo de formação, devido a vida curta dos animais e pelo fato de boa parte dos lucros da companhia virem do processo de fabricação (BRF, 2010). Com base em nota explicativa da empresa, essa opinião está suportada por um laudo⁵ de avaliação de valor justo elaborado por um especialista independente, no qual apurou-se uma diferença imaterial entre as duas metodologias. Logo, os ativos biológicos da BRF, para

⁵ O laudo não foi disponibilizado pela companhia.

o ano de 2010, ficaram registrados pelo custo. O Quadro 3 resume as principais diferenças do antes e depois da adoção a norma.

Quadro 3 – Diferenças decorrentes a adoção a norma na BRF.

BRF	Antes da adoção da norma (2007)	Após a adoção da norma (2010)
Reconhecimento	Informação ausente na DFP;	Conforme determina a norma;
Mensuração	Custo médio de aquisição ou formação;	Custo médio de aquisição ou formação;
Evidenciação	<ul style="list-style-type: none"> • Animais vivos para abate em Estoques; • Matrizes em Ativo Imobilizado; 	<ul style="list-style-type: none"> • Animais vivos para abate em Ativo Biológico Circulante; • Matrizes em Ativos Biológicos Não Circulante;

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de terem ocorrido mudanças advindas da obrigatoriedade da norma, a DFP da BRF não atendeu todos os requisitos exigidos pela IAS 41. A empresa, mesmo com o valor de mercado confiável, optou por utilizar práticas contábeis antigas (WANDERLEY; SILVA; LEAL, 2012). De acordo com Machado, Victor e Matts (2016), a média total de aderência da BRF aos itens solicitados pela norma foi de 50%, ou seja, esse valor representa a média aritmética da aderência das etapas de reconhecimento, mensuração e evidenciação. Em outras palavras pode se dizer que a companhia atendeu em metade os requisitos impostos pelo pronunciamento. Por fim, vale mencionar que a BRF não usufruiu de outras demonstrações sem ser o balanço patrimonial para destacar os ativos biológicos (CARVALHO, 2013).

4.2 JBS

A JBS S.A. é uma empresa de origem brasileira de capital aberto, com listagem no segmento de Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (B3) e também na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Essa multinacional é reconhecida como uma das líderes globais na indústria de alimentos. Possui sua sede em São Paulo e está presente em 15 outros países. A companhia explora o ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, couro, entre outros. Desta maneira, dispõe de um leque diversificado de produtos, que vão desde carnes in natura até pratos prontos para o consumo (JBS, 2019).

No ano de 2007, a companhia possuía gado nas operações de confinamento, os quais eram valorizados pelo seu custo em formação. Desta forma, para a DFP desse ano o rebanho bovino foi registrado na conta de estoque ao custo médio de aquisição, criação ou produção, que não superam os valores de mercado ou realização. O Quadro 4 evidencia essa informação.

Quadro 4 – Conta de Estoque da JBS no ano de 2007.

Estoque (31/12/2007)	Consolidado (R\$)
Produtos acabados	1.072.732
Produtos em processo	71.514
Matéria-prima	68.688
Rebanho bovino	171.552
Almoxarifado	127.109
Total	1.511.595

Fonte: Elaborado a partir da DFP da companhia.

É possível observar a relevância do rebanho bovino em relação a algumas das outras subcontas do estoque, uma vez que representava 11,3% do total de estoque. Já para o ano de 2010, os estoques foram registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que também não superaram os valores de mercado ou valor líquido de realização. Vale salientar que os custos desses estoques são reconhecidos no resultado quando são vendidos. O Quadro 5 mostra como ficou a conta estoque após a norma.

Quadro 5 – Conta de Estoque da JBS no ano de 2010.

Estoque (31/12/2010)	Consolidado (R\$)
Produtos acabados	2.885.089
Produtos em processo	872.050
Matéria-prima	704.471
Almoxarifado	250.328
Total	4.711.938

Fonte: Elaborado a partir da DFP da companhia.

Logo, o ano de 2010 não apresentava o rebanho bovino na conta de estoque. Assim, com a adoção da nova norma, precisou-se criar a subconta de Ativo Biológico, a qual está sujeita a realizar a valorização de seus ativos. Desta maneira, a companhia fez a avaliação dos ativos biológicos trimestralmente, sendo que o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado. Em consequência a avaliação, os ativos tiveram seus custos registrados através do conceito de valor a mercado.

As operações relativas aos ativos biológicos das atividades do Brasil, Itália e Argentina, as quais foram representadas principalmente pelo gado bovino em sistema de confinamento e gado bovino a pasto, tiveram sua mensuração feita de maneira confiável dado que existia mercados ativos para os mesmos, ou seja, a valor justo.

Em contrapartida, para as atividades dos Estados Unidos da América os ativos biológicos não foram valorizados a mercado, adotando-se os procedimentos de valorização pelo custeio por absorção. A justificativa para o custeio por absorção em relação aos frangos foi que

o período de “maturação”, que compreende o tempo da geração do ovo até o momento do abate, ser inferior a 45 dias, logo não existia mercado ativo. No caso de porcos e cordeiros que são mantidos em confinamento também não possuíam mercado ativo para tais atividades. Por fim, o gado bovino mantido em confinamento não possuía mercado ativo confiável, uma vez que superam os 180 dias e o mercado ativo contempla apenas gado bovino entre 75 e 100 dias (JBS, 2010). O Quadro 6 mostra respectivamente, o saldo da conta de ativos biológicos e a valorização sofrida por esses.

Quadro 6 – Conta de Ativos Biológicos da JBS no ano de 2010.

Ativo Biológico (31/12/2010)	Consolidado (R\$)
Gado	398.858
Porco e Cordeiro	29.044
Frango	1.250
Culturas temporárias em formação ⁶	1.533
Total	430.685
Valorização dos ativos biológicos (31/12/2010)	
Valorização através de custeio por absorção	374.894
Ativo a valor justo	55.791
Ajuste de valor a mercado (<i>Mark to Market</i>)	430.685

Fonte: Elaborado a partir da DFP da companhia.

A partir dos dados do Quadro 6 é possível ver a segmentação e os tipos de ativos biológicos utilizados pela JBS. Além do mais, o ajuste a valor de mercado fez com que aumentasse a conta de ativos biológicos em 14,88%. A diante, o Quadro 7 resume as principais diferenças do antes e depois da adoção à norma.

Quadro 7 – Diferenças decorrentes a adoção a norma na JBS.

JBS	Antes da adoção da norma (2007)	Após a adoção da norma (2010)
Reconhecimento	Informação ausente na DFP;	Conforme determina a norma;
Mensuração	Custo médio de aquisição ou formação;	Valor justo e Custeio por absorção;
Evidenciação	Estoques;	Ativo Biológico Não Circulante;

Fonte: Elaboração própria.

A companhia atendeu de maneira superficial as orientações relacionadas a IAS 41 quanto ao tratamento contábil dos ativos biológicos. Conforme o estudo de Machado, Victor e Matts (2016), pode se dizer que a média de aderência do reconhecimento, mensuração e

⁶ São os saldos compostos por Milho, Soja e Capim, os quais serão utilizados no processo de elaboração dos insumos dos bovinos.

evidenciações foram de 60%. A JBS, divulgou os ganhos e perdas resultante da mudança no valor justo, por meio da conciliação no valor contábil dos ativos biológicos, entre o início e fim do período. Contudo, não apresentou as premissas utilizadas para determinação do valor justo (WANDERLEY; SILVA; LEAL, 2012). Vale destacar que de acordo com Carvalho (2013), as evidenciações das informações relacionadas aos ativos biológicos da empresa ocorreram no balanço patrimonial, em notas explicativas e na demonstração do fluxo de caixa (DFC).

4.3 Minerva Foods

A Minerva S.A. é uma empresa de capital aberto com listagem no segmento de Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (B3) e é uma entidade que exporta para mais de 100 países em cinco continentes. A companhia compõe uma das líderes na América do Sul na produção e comercialização de carne in natura e seus derivados, exporta gado e também atua no processamento de carne bovina, suína e de aves (MINERVA, 2019).

Em 2007, pensando em controlar o abastecimento das fábricas em possíveis períodos de escassez, a companhia possuía operações de compra de gado para engorda, logo esses eram classificados como estoque de matéria-prima. Além disso, a Minerva também possuía operações de gado para revenda, que são os gados comprados para fins de exportação ainda não embarcados, esses por sua vez, estavam classificados como estoque de mercadoria para revenda. Os estoques eram avaliados pelos custos médios de aquisição ou produção, que não superam os valores de mercado ou de realização (MINERVA, 2007). O Quadro 8 mostra como era subdividida a conta de estoque.

Quadro 8 – Conta de Estoque da Minerva no ano de 2007.

Estoque (31/12/2007)	Consolidado (R\$)
Produtos acabados	129.407
Mercadoria para revenda	2.095
Matérias-primas	50.980
Almoxarifados e materiais secundários	19.784
Total	202.266

Fonte: Elaborado a partir da DFP da companhia.

Deste modo, em 2007 o gado para engorda representava 25% do total de estoque, já o gado para revenda representava 1% nessa conta. Em contrapartida os estoques do ano de 2010, foram mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. Incluiu-se gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e demais custos. Ainda em 2010, após adoção da norma e consequente criação da conta de ativos biológicos, a Minerva mensurou esses ativos

a valor justo, deduzidos das despesas. Mudanças no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Logo, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, basearam-se no conceito de valor a mercado, no mínimo durante os encerramentos de exercício, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado do exercício.

As operações da empresa associadas aos ativos biológicos são representadas por gado bovino em sistema de confinamento (intensivo) e gado bovino a pasto (extensivo). Desta maneira, a valorização a mercado é mensurada de forma confiável pela existência de mercados ativos. O saldo da conta de ativos biológicos encontra-se representados conforme o Quadro 9.

Quadro 9 – Conta de Ativos Biológicos da Minerva no ano de 2010.

Saldo da conta de ativos biológicos	Consolidado (R\$)
Saldo em 01 de janeiro de 2009	86.266
Aumento devido a aquisições	278.179
Diminuição devido a vendas	(281.048)
Aumento líquido devido aos nascimentos (mortes)	(2.321)
Mudanças no valor justo menos despesas estimadas de venda	1.838
Saldo em 31 de dezembro de 2009	82.914
Aumento devido a aquisições	355.636
Diminuição devido a vendas	(372.331)
Aumento líquido devido aos nascimentos (mortes)	(3.452)
Mudanças no valor justo menos despesas estimadas de venda	7.040
Saldo em 31 de dezembro de 2010	69.807

Fonte: Elaborado a partir da DFP da companhia.

À vista disso, é possível notar que houve a revalorização dos ativos biológicos. As mudanças no valor justo menos despesas estimadas de venda representaram 10,08% no saldo da conta de ativos biológicos para o ano de 2010. Por isso, essa mudança de remensuração impacta em todo o Ativo Circulante da companhia, e de modo consequente, pode interferir no processo de decisório por parte dos usuários. O Quadro 10 enaltece as principais diferenças entre o reconhecimento, mensuração e evidenciação ocorridas nas DFPs da Minerva dos anos de 2007 e 2010.

Quadro 10 – Diferenças decorrentes a adoção a norma na Minerva.

Minerva	Antes da adoção da norma (2007)	Após a adoção da norma (2010)
Reconhecimento	Informação ausente na DFP;	Conforme determina a norma;
Mensuração	Custo médio de aquisição ou produção;	Valor Justo;
Evidenciação	Estoques (matéria-prima e mercadoria para revenda);	Ativo Biológico Circulante;

Fonte: Elaboração própria.

A companhia também não atendeu a todas exigências estabelecidas pela norma. Segundo os autores Machado, Victor e Matts (2016), a Minerva atendeu a aderência em 46%, ou seja, valor que representa a média total de aderência por reconhecimento, mensuração e evidenciação.

4.4. Resultados complementares

Na perspectiva da mensuração, apesar do desafio de se mensurar a valor justo, as empresas não aderiram por completo os requisitos da norma, e por consequência podem acarretar mudanças significativas nas informações fornecidas aos usuários (MACHADO; VICTOR; MATTS, 2016). Conforme o estudo de Figueira e Ribeiro (2016), as empresas só divulgaram as informações associadas a mensuração de maneira mais específica após a norma se tornar obrigatória, ou seja, representa um baixo *disclosure* voluntário por parte das entidades.

Já em relação a evidenciação, de acordo com Machado, Victor e Matts (2016), é a etapa mais prejudicada, uma vez que as empresas divulgam as informações muito superficialmente. Logo, a qualidade da informação fornecida ao acionista se torna precária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos biológicos de algumas das principais empresas relacionadas ao agronegócio brasileiro, as quais possuem listagem na B3. O primeiro passo fundamentou-se em teoria para entender o assunto e explorar o tema. Logo após, utilizou-se das DFPs e notas explicativas das empresas para investigar as mudanças provenientes do novo padrão contábil.

Deste modo, o processo de convergência contábil sofrido aqui no Brasil no período de 2007 até 2010, necessitou de tratamento especial dado a importância do setor do agronegócio na economia. Assim, é possível notar alterações não apenas nos valores, mas como também na forma de apresentação das informações. Ficou evidente a necessidade de aprimoramento por parte da mensuração e evidenciação desses ativos biológicos.

Em relação as limitações, não foi realizada uma análise profunda de como as companhias obtiveram os valores de mensuração, grande parte das demonstrações e notas explicativas deixavam omissos esse tipo de informação. Também, não se comparou as DFPs aqui do Brasil com as de outros países que adotam as IFRS e com isso fica limitado afirmar quais os exatos ganhos ou perdas informacionais provenientes do uso das IFRS.

Com base no estudo realizado, fica como proposta para pesquisas futuras a ampliação do setor com outras companhias e o efeito no valor de mercado dessas empresas ao adotar as normas contábeis padronizadas. Outra sugestão de pesquisa é uma análise atual de como os

ativos biológicos estão sendo evidenciados pelas entidades. Pesquisas desta natureza contribuem no sentido de apontar e investigar possíveis problemas advindos da prática, como também, incentivam a melhoria das divulgações futuras.

REFERÊNCIAS

ARYANTO, Yohanes H. *Theoretical failure of IAS 41: Agriculture*. **The Indonesian Institute of Accountants**, v. 1, 2011.

BACHA, Carlos José Caetano. *Economia e política agrícola no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2004.

BALL, Ray. *International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors*. **Accounting and business research**, v. 36, n. sup1, p. 5-27, 2006.

BARROS, Célio da Costa et al. O impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos nas empresas listadas na BM&F Bovespa. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 17, n. 3, p. 41-59, 2013.

BARTH, Mary E.; BEAVER, William H.; LANDSMAN, Wayne R. *The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting: another view*. **Journal of accounting and economics**, v. 31, n. 1-3, p. 77-104, 2001.

BRF. Demonstrações financeiras padronizadas 2007. CVM, 2019.

_____. Demonstrações financeiras padronizadas 2010. CVM, 2019.

BRF. **Sobre:** A BRF. Disponível em: <<https://www.brf-global.com/sobre/>>. Acesso em: 28/11/2019.

BRITO, Eduardo de. **Um estudo sobre a subjetividade na mensuração do valor justo na atividade da pecuária bovina**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha; CALLADO, Antônio André Cunha; ALMEIDA, Moisés Araújo. A utilização de indicadores gerenciais de desempenho industrial no âmbito de agroindústrias. **Sistemas & Gestão**, v. 2, n. 2, p. 102-118, 2009.

CALLADO, Antônio André Cunha. **Agronegócio**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CARVALHO, Flavia Siqueira de *et al.* Ativos Biológicos: Evidenciação das Empresas Participantes do Ibovespa. **Custos e @gronegócio On Line**, Recife, v. 9, n. 3, p.106-130, ago. 2013.

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) da Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/pib> Acesso em 10 de dezembro de 2019.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Palavra do CPC - 2010. Disponível em:<<http://www.cpc.org.br/palavra.htm>>. Acesso em 12 de novembro de 2019.

_____. Pronunciamento Técnico CPC 29, de 7 de agosto de 2009. Ativo Biológico e Produto Agrícola. Disponível em: < [http:// www.cpc.org.br/cpc29.pdf](http://www.cpc.org.br/cpc29.pdf)>. Acesso em em 12 de novembro de 2019.

DAVIS, John Herbert; GOLDBERG, Ray Allan. *A concept of agribusiness*. **Harvard university, Boston**, 1957.

EMBRAPA. Secretaria de Comunicação. **Embrapa em números**. Brasília, DF, 2018. 136 p.

FIGUEIRA, Laís Manfiolli; RIBEIRO, Maisa de Souza. Análise da evidenciação sobre a mensuração de ativos biológicos: antes e depois do CPC 29. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 26, p. 73-98, 2016.

IASB. *International Accounting Standards Committee*. Estrutura conceitual para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras – 2010. Disponível em www.iasb.org. Acessado em 10 de novembro de 2019.

_____. *International Accounting Standards nº 13 – Fair Value Measurement*. Disponível em www.iasb.org. Acessado em 10 de novembro de 2019.

_____. *International Accounting Standards nº 41 – Agriculture*. Disponível em www.iasb.org. Acessado em 10 de novembro de 2019.

IBRACON. Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Agronegócio terá desafio adicional na convergência ao IFRS. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

JBS. **A JBS**: Perfil corporativo. Disponível em: < <https://jbss.infoinvest.com.br/a-jbs/perfil-corporativo>>. Acesso em: 28/11/2019.

JBS. Demonstrações financeiras padronizadas 2007. CVM, 2019.

_____. Demonstrações financeiras padronizadas 2010. CVM, 2019.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. *Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure*. **Journal of financial economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

LANDSMAN, Wayne R. *Is fair value accounting information relevant and reliable? Evidence from capital market research*. **Accounting and business research**, v. 37, n. sup1, p. 19-30, 2007.

LOURENÇO, Joaquim Carlos et al. Evolução do agronegócio brasileiro, desafios e perspectivas. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 118, 2009.

MACHADO, Vanessa Noguez; VICTOR, Fernanda Gomes; MATTS, Júlia Sari. Ativos biológicos: uma análise da aderência ao CPC 29 pelas companhias listadas na BM&FBOVESPA de 2007 a 2015. **ConTexto**, v. 16, n. 34, 2016.

MARION, Jose Carlos; IUDICIBUS, Sergio de. Dicionário de termos de contabilidade. **São Paulo: Atlas**, 2001.

Minerva Foods. **A companhia:** Histórico e perfil corporativo. Disponível em: <http://ri.minervafoods.com/minerva2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=40367>. Acesso em: 28/11/2019.

Minerva Foods. Demonstrações financeiras padronizadas 2007. CVM, 2019.

_____. Demonstrações financeiras padronizadas 2010. CVM, 2019.

NAKAO, Sílvia Hiroshi. **Contabilidade financeira no agronegócio**. Grupo Gen-Atlas, 2017.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

PINAZZA, Luiz Antônio; ARAÚJO, Ney Bittencourt de. Agricultura na virada do século XX: visão de agribusiness. São Paulo: Globo, 1993.

PLAIS, Patrícia Martins. Os Impactos da Nova Metodologia de Contabilização, no Brasil, dos Ativos Biológicos e Derivativos Sobre os Indicadores nas Análises Econômico-Financeiras Feitas por Instituições Financeiras para Financiamento de Empresas do Setor de Commodities Agrícolas. **Revista de Finanças Aplicadas**, v. 1, p. 1-16, 2010.

PONTE, Vera Maria Rodrigues et al. Análise das práticas de evidenciação de informações avançadas e não-obrigatórias nas Demonstrações Contábeis das empresas brasileiras: um estudo comparativo dos exercícios de 2002 e 2005. **Revista Contabilidade & Finanças, USP**, v. 18, p. 50-62, 2007.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, p. 76-96, 2003.

RECH, Ilirio José et al. IAS 41 - Agriculture: um estudo da aplicação da norma internacional de contabilidade às empresas de pecuária de corte. **In: 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, 2006, São Paulo. Anais congresso USP, 2006.

SANTOS, Edilene Santana; PONTE, Vera Maria Rodrigues; MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos Rocha. Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2010): índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 25, n. 65, p. 161-176, 2014.

SOUZA, Fabrício Afonso de Souza. et al. Ativo biológico e produto agrícola: uma análise da aderência das empresas de papel e celulose à IAS 41 no período de IFRS obrigatória. **In: CONG. USP: CONTABILIDADE E CONTROLADORIA DO SÉCULO**. 2015. p. 15.

WANDERLEY, Carlos Alexandre Nascimento; SILVA, Anderson Chaves da; LEAL, Rodrigo Barreiros. Tratamento contábil de ativos biológicos e produtos agrícolas: uma análise das principais empresas do agronegócio brasileiro. **Pensar Contábil**, v. 14, n. 53, 2012.

WEFFORT, Elionor Farah. O Brasil e a Harmonização Contábil Internacional: Influências dos Sistemas Jurídico e Educacional, da Cultura e do Mercado. São Paulo: Atlas, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso-: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.